

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO
NO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO**

LÍNGUA PORTUGUESA

ORIENTAÇÃO: *As questões 01 a 07 serão baseadas no texto a seguir:*

A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO NEGREIRO

A extinção do tráfico negreiro não foi um fato isolado na vida econômica do Brasil; ao contrário, ela correspondeu às exigências da expansão industrial da Inglaterra.

Depois que esse país conseguiu dar o salto qualitativo - o da mecanização da produção - não lhe interessava mais a existência da escravidão na América, pois, com a implantação do capitalismo industrial, tornava-se necessária a ampliação de mercados consumidores. A escravidão passou, então, a ser um entrave aos interesses ingleses, visto que os escravos estavam marginalizados do consumo.

Com relação ao Brasil, a Inglaterra usou mais do que a simples pressão: só reconheceu a independência daquele país mediante tratado, no qual o Brasil se comprometia a abolir o tráfico de negros.

Todavia, não foi tomada qualquer medida efetiva, o que levou a aprovação da Lei de 1831 que, na prática, deveria acabar com o tráfico, pois estabelecia a liberdade de todos os africanos que entrassem no país a partir daquela data.

Esta lei, contudo, ficou "para inglês ver". Ela serviu para refrear um pouco a pressão britânica. Esta, porém, nunca cessou de todo e, em 1845, o Parlamento inglês aprovou o "Bill Aberdeen", que concedia à marinha inglesa o direito de revistar os navios suspeitos de tráfico e, mais ainda, permitia a prisão de navios acusados de praticarem pirataria e o julgamento dos traficantes por tribunais ingleses.

A partir daí, a pressão sobre o governo brasileiro tornou-se muito maior e a situação chegou a ficar insustentável, pois os navios brasileiros começaram a ser revistados, embora navegassem ao longo da costa ou, ainda, quando ancorados nos portos.

Finalmente, em 1850, o Parlamento brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queirós, que proibia, definitivamente, o tráfico negreiro para o Brasil.

(Ana Maria F. da Costa Monteiro e outros. *História*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação, 1988, p.181, com pequenas adaptações.)

01. A leitura dos dois primeiros parágrafos do texto nos permite concluir que:

- a) a escravidão na América foi resultado da mecanização da produção na Inglaterra.
- b) o capitalismo industrial gerou consumidores marginalizados: os escravos.
- c) o Brasil, ao mecanizar sua produção, definiu o fim do tráfico de escravos.
- d) a Inglaterra apoiava a escravidão na América porque necessitava dar um salto qualitativo em sua economia.

02. A expressão "para inglês ver" (linha 15) significa que:

- a) a Inglaterra estava vigiando os navios negreiros.
- b) o Brasil obedeceu ao Bill Alberdeen, do Parlamento inglês.
- c) os ingleses viram a Lei de 1831, que terminou com o tráfico negreiro.
- d) a Lei de 1831, criada e anunciada aos ingleses, não foi cumprida.

03. Após a leitura do texto, concluímos que o Brasil:

- a) preocupado com sua independência em relação a Portugal, esquecia-se dos direitos humanos.
- b) necessitava dos escravos como mão de obra assalariada na lavoura para fazer-se independente.
- c) cedeu às pressões inglesas porque obedecia a instruções de Portugal, do qual era colônia.
- d) só teria sua independência reconhecida pela Inglaterra se extinguisse o tráfico negreiro.

04. A mesma relação semântica existente entre o par *ÍextinçãoÍ* (linha 1) e *ÍimplantaçãoÍ* (linha 6) também pode ser encontrada na alternativa:

- a) %expansão industrial+(linha 2) e %salto qualitativo+(linha 4).
- b) %consumo+(linha 8) e %tráfico+(linha 11).
- c) %escravidão+(linha 7) e %liberdade+(linha 13).
- d) %tratado+(linha 10) e %julgamento+(linha 19).

05. No fragmento *Í[...] o Parlamento inglês aprovou o ÍBill AberdeenÍ que concedia à marinha inglesa o direito de revistar os navios suspeitos de tráfico [...]Í* (linhas 16-18), o emprego da vírgula justifica-se:

- a) por separar orações coordenadas entre si.
- b) por separar oração adjetiva explicativa.
- c) por separar o nome do aposto especificativo.
- d) por separar oração apositiva, na forma reduzida.

06. Em "ao contrário, ela corresponde às exigências da expansão industrial da Inglaterra." (linhas 2-3), o uso do acento grave, indicativo da crase, está conforme a norma padrão culta. Assinale a alternativa em que a presença ou a ausência da crase desvia-se do padrão culto da língua portuguesa:

- a) O estagiário receberá, por mês, uma bolsa-auxílio de valor equivalente a oitenta por cento do salário-mínimo.
- b) Será vedada à concessão de auxílio-alimentação ou quaisquer outros auxílios pecuniários a estagiário, salvo o auxílio-transporte.
- c) Não haverá pagamento de horas-extras, facultada ao supervisor de estágio a compensação de horário.
- d) A prova será realizada no dia 18 de setembro de 2011, iniciando-se às 8 horas.

07. A palavra *Ímecanização* (linha 4) foi grafada no texto em conformidade com as normas ortográficas da língua portuguesa. Assim como ela, assinale a alternativa em que a palavra destacada também está grafada em consonância com a ortografia oficial:

- a) Inicialmente, pretendo montar um mini-mercado.
- b) Só depois pensarei num comércio extra-ordinário.
- c) José de Anchieta foi o pioneiro no processo de catequização dos índios.
- d) A catalização é um fenômeno que pouca gente consegue entender.

08. Assinale a alternativa correspondente à ordem em que os fragmentos abaixo deverão ser dispostos para se obter um texto com coesão, coerência e correta progressão de ideias.

- 1. Cada vez mais, surgem grupos de pessoas e entidades interessadas em recolher alimentos e distribuí-los aos 32 milhões de brasileiros que passam fome.
- 2. É o que demonstra a Campanha contra a Fome, lançada e incentivada pelo sociólogo Herbert de Souza.
- 3. Consideradas as coisas sob outro prisma, constata-se que os brasileiros não estão entregues ao imobilismo e à apatia.
- 4. Na visão dominante, o Brasil, por todos os seus problemas, é considerado um país viável.
- 5. Agir contra a miséria é uma atitude nobre e generosa, que demonstra quanto o cidadão pode e quer fazer para melhorar a situação do Brasil.

(Trechos adaptados de Veja, 15/09/93).

- a) 1 - 2 - 5 - 4 - 3
- b) 4 - 2 - 1 - 3 - 5
- c) 4 - 3 - 2 - 1 - 5
- d) 5 - 3 - 2 - 1 - 4

09. Assinale a alternativa em que a análise morfológica do vocábulo destacado está incorreta:

- a) Mal o candidato entrou na sala, fecharam-se os portões. (advérbio de modo)
- b) Mais tempo te esperaria, se não fosse tão breve a vida. (pronome indefinido)
- c) Aquela é a casa onde morei durante minha infância. (pronome relativo)
- d) Nunca pensei que, para ser aprovado no Processo Seletivo do TJMA, fosse necessário tanto esforço. (pronome indefinido)

10. Assinale a alternativa em que uma forma verbal foi flexionada incorretamente:

- a) O fiscal sempre medeia as aplicações de testes seletivos.
- b) Se a testemunha depor favoravelmente, o réu será absolvido.
- c) Assim que eu reouver o dinheiro, pagarei a dívida.
- d) Quando você vir os Lençóis Maranhenses, ficará extasiado.

11. Aponte a alternativa em que a oração destacada estiver analisada incorretamente:

- a) O candidato que tiver se dedicado ao estudo terá êxito no seletivo. (subordinada adjetiva restritiva)
- b) Não é fácil dominar análise sintática. (subordinada substantiva subjetiva)
- c) Sabe-se que o gabarito das provas será divulgado em até 48 horas. (subordinada substantiva objetiva direta)
- d) Os presídios estão tão superlotados que há presos até em escolas públicas. (subordinada adverbial consecutiva)

12. Marque a opção em que a concordância verbal contraria a Gramática Normativa:

- a) Chegou ontem um analista e um chefe de divisão para supervisionar as provas.
- b) Quais de vós estudastes com dedicação para o Seletivo do TJMA?
- c) João Castelo ou Flávio Dino será prefeito de São Luís.
- d) Mais de um candidato se inscreveram para o Teste Seletivo do TJMA.

13. Assinale a alternativa em que há erro de concordância em relação à norma culta da língua portuguesa:

- a) Estão arraigadas, agora, as vantagens e os privilégios ilegítimos dos políticos.
- b) Ocorrem, na verdade, diversos fatores condicionadores do analfabetismo funcional entre nós.
- c) Anexa ao ofício, segue a relação dos candidatos inscritos para o Seletivo do TJMA.
- d) O chefe dos fiscais não soube dizer para quem a entrada é proibido.

14. A afirmativa a respeito do uso da vírgula não se ajusta ao período:

- a) ~~%A~~ segunda mulher, Conceição, e a mãe desta acolheram-se bem.+ (A vírgula foi usada para separar o aposto).
- b) ~~%A~~ sogra fazia uma careta, e as escravas riam à socapa.+ (A vírgula é desnecessária em virtude da presença da conjunção ~~%,e~~).
- c) ~~%M~~amãe está longe, mas tem o sono muito leve.+ (A vírgula foi usada para separar oração coordenada sindética adversativa).
- d) ~~%N~~ão dizia mal de ninguém, perdoava tudo.+ (A vírgula foi usada para separar orações coordenadas assindéticas).

15. As frases abaixo, exceto uma, apresentam desvios relativos à regência verbal vigente na língua culta. Assinale a que não apresenta esses desvios.

- a) Vi e gostei muito do novo filme de Spielberg.
- b) Esqueceu-me do livro durante a viagem.
- c) Deve haver professores que preferem negociar do que trabalhar.
- d) Todos nós queremos muito a essa menina.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

16. Quanto às comarcas é correto afirmar que:

- a) Dividem-se em três entrâncias, denominadas de primeira, segunda e terceira, e serão classificadas pelo presidente do Tribunal de Justiça.
- b) Dividem-se em três entrâncias, denominadas de inicial, intermediária e final, e serão classificadas pelo Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros.
- c) Dividem-se em quatro entrâncias, denominadas de primeira, segunda, terceira e quarta, e serão classificadas pelo corregedor-geral da Justiça.
- d) Dividem-se em duas entrâncias, denominadas de inicial e final, e serão classificadas pelo Tribunal de Justiça.

17. Acerca do corregedor-geral da Justiça, é incorreto afirmar que:

- a) poderá requisitar qualquer processo da inferior instância, tomando ou expedindo nos próprios autos, ou em provimento, as providências ou instruções que entender necessárias ao bom e regular andamento do serviço.

- b) durante o exercício do cargo, o corregedor-geral da Justiça não ficará afastado de suas funções judicantes, nem poderá ser auxiliado por juízes de direito.
- c) será auxiliado por juízes de direito que, por delegação, exercerão suas atribuições relativamente aos juízes de entrâncias inferiores e aos servidores e funcionários da Justiça.
- d) de suas decisões originárias, salvo disposição em contrário, cabe recurso para o Tribunal de Justiça, no prazo de cinco dias, a partir do conhecimento da decisão pelo interessado.

18. A quem compete processar e julgar os *habeas corpus* impetrados contra juiz de direito dos Juizados Especiais?

- a) Tribunal de Justiça.
- b) Turmas Recursais Cíveis e Criminais.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Superior Tribunal de Justiça.

19. Nos Juizados Especiais, o preparo do recurso compreenderá:

- a) todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.
- b) todas as despesas processuais, exceto aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição e as hipóteses de assistência judiciária.
- c) todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, não havendo ressalva nem mesmo para as hipóteses de assistência judiciária gratuita.
- d) nenhuma das respostas anteriores.

20. É permitido ao magistrado:

- a) exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista ou quotista.
- b) exercer cargo de direção ou técnico de sociedade civil, associação ou fundação, de qualquer natureza ou finalidade, salvo de associação de classe, e sem remuneração.
- c) manifestar juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças de órgãos judiciais, ressalvada a crítica em julgamento ou em autos e em obras técnicas ou, ainda, no exercício do magistério.
- d) exercer o magistério em instituição de ensino superior do setor privado.

21. Na promoção de juiz de direito por antiguidade, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o magistrado mais antigo:

- a) pelo voto de dois terços de seus membros, repetindo-se a votação até fixar-se a escolha.
- b) pelo voto de um terço de seus membros, repetindo-se a votação até fixar-se a escolha.
- c) pelo voto da maioria absoluta de seus membros, repetindo-se a votação até fixar-se a escolha.
- d) nenhuma das respostas anteriores.

22. Ao juiz de direito cabe, também, o desempenho de funções administrativas, exceto:

- a) comunicar à Ordem dos Advogados do Brasil as infrações de seu Estatuto, quando praticadas por integrantes do quadro da Ordem.
- b) remeter, até o dia 10 de cada mês, mapa do movimento forense mensal, conforme modelo fornecido pela Corregedoria Geral da Justiça.
- c) expedir certidões extraídas dos autos, livros e demais papéis sob sua guarda.
- d) conceder férias, licença-gestante e licença para tratamento de saúde até trinta dias a serventuários da Justiça em sua comarca.

23. Não é secretaria judicial:

- a) Secretaria de Vara.
- b) Secretaria do Registro Civil das Pessoas Naturais.
- c) Secretaria dos Juizados Especiais e Turmas Recursais.
- d) Secretaria dos Serviços de Distribuição, Contadoria, Avaliação, Partilha e Depósito Judicial.

24. Os serviços de partilha, nas comarcas de duas varas, serão exercidos:

- a) pelo secretário que exercer as funções de distribuidor.
- b) pelos oficiais de justiça.
- c) por perito nomeado.
- d) nenhuma das respostas anteriores.

25. Fazer citações, intimações e penhoras é atribuição:

- a) dos secretários judiciais.
- b) dos oficiais de justiça.
- c) dos juízes de direito.
- d) dos auxiliares de justiça.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CIÊNCIAS CONTÁBEIS

26. Considerando que o Plano de Contas Único da Administração Federal está estruturado em quatro sistemas (orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação), assinale a opção correta em relação ao sistema orçamentário:

- a) O sistema orçamentário no Plano de Contas Único da Administração Federal integra os grupos compensados do ativo e do passivo.
- b) A liquidação de despesa, relativa à aquisição de materiais de consumo, somente o afeta se o material for para consumo na própria unidade.
- c) As contas do sistema orçamentário somente recebem lançamentos na contabilização de autorização de créditos e movimentações orçamentárias.
- d) O registro de operações, no sistema orçamentário, é opcional, segundo a Lei nº 4.320/1964.

27. Assinale a opção que indica afirmação verdadeira em relação à execução orçamentária da receita:

- a) O registro da fixação de receita é contabilizado no sistema financeiro e no sistema orçamentário.
- b) A contabilização ocorre somente no registro da realização da receita.

- c) No Plano de Contas Único da Administração Federal, as contas do sistema orçamentário destinadas ao registro da execução da receita estão localizadas no passivo, e as destinadas ao registro da fixação estão localizadas no ativo.
- d) No lançamento, a contabilização ocorre somente no sistema orçamentário, ao passo que, na realização, a contabilização afeta tanto o orçamentário como o financeiro.

28. Assinale a opção em que a contabilização da operação afeta obrigatoriamente pelo menos três dos quatro sistemas contábeis em que está estruturado o Plano de Contas Único da Administração Federal:

- a) liquidação de despesa referente à aquisição de material permanente.
- b) transferência orçamentária da setorial orçamentária para uma unidade gestora qualquer do órgão.
- c) registro de equipamento recebido como doação pela unidade gestora.
- d) registro da celebração de contrato de prestação de serviços.

29. De acordo com o Plano de Contas da Administração Pública Federal, o sistema contábil que indica as contas que pertencem ao grupo do Ativo e do Passivo Compensado, e que tenham interferência direta no controle do detalhamento da execução orçamentária da Receita e da Despesa, é o:

- a) compensado.
- b) orçamentário.
- c) financeiro.
- d) patrimonial.

30. Sobre a transferência financeira realizada pela unidade setorial financeira para as unidades gestoras do mesmo órgão, é correto afirmar que:

- a) não provoca alteração da situação patrimonial da concedente, visto que está vinculada à movimentação de créditos orçamentários.
- b) provoca alteração da situação patrimonial positiva na setorial orçamentária e negativa na unidade destinatária dos recursos.
- c) provoca alteração da situação patrimonial negativa na setorial orçamentária e positiva na unidade destinatária dos recursos.
- d) é considerada como despesa orçamentária na transferidora e receita na recebedora.

31. Segundo o que dispõe a Lei 4.320/1964, sobre inventários de bens móveis e imóveis, é correto afirmar que:

- a) a administração pública deverá manter registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, sendo dispensada a indicação de elementos necessários à sua identificação.
- b) o registro contábil de bens móveis e imóveis será feito de forma analítica.
- c) o levantamento geral dos bens móveis e imóveis tem por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos de escrituração sintética da contabilidade.
- d) o inventário deverá ser realizado anualmente por órgão e semestralmente por unidade administrativa.

32. Sobre o Balanço Patrimonial, de que trata o art. 105 da Lei 4.320/1964, é correto afirmar, exceto que:

- a) demonstra o ativo financeiro, passivo financeiro, ativo permanente, passivo permanente, o saldo patrimonial e as contas de compensação.
- b) o passivo real a descoberto, quando negativo, deverá ser demonstrado do lado do ativo.

- c) o passivo financeiro representa os compromissos a pagar, independentemente de autorização orçamentária.
- d) as contas de compensação que são demonstradas no Balanço Patrimonial são todas aquelas constantes do subgrupo Compensado do Plano de Contas Único da Administração Federal.

33. No decorrer do exercício, houve a necessidade da realização de despesa para a qual não havia dotação orçamentária específica. Nesse caso, para que tal despesa possa ser realizada, deverá ser aberto crédito:

- a) suplementar, desde que autorizado na lei orçamentária.
- b) especial, desde que autorizado previamente por lei específica.
- c) extraordinário, independentemente de autorização legislativa.
- d) complementar, autorizado previamente em lei específica.

34. De acordo com a Lei 4.320/1964, para que uma despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados seja liquidada, é necessária(o):

- a) a comprovação da existência de saldo financeiro no valor da despesa.
- b) a indicação dos recursos orçamentários, suficientes para quitar a obrigação.
- c) a declaração de ter sido deduzido do crédito orçamentário o valor da despesa.
- d) o comprovante da entrega material ou da efetiva prestação do serviço.

35. O empenho da despesa cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, conforme estabelece a Lei 4.320/1964. A sua contabilização durante o exercício, enquanto a despesa não é liquidada, constitui uma obrigação:

- a) de curto prazo, registrada no passivo financeiro.
- b) de longo prazo, registrada no passivo permanente.
- c) financeira, registrada no passivo financeiro.
- d) orçamentária, registrada no sistema orçamentário.

36. A firma *Varejista Ltda.* efetuou as seguintes transações:

- compra de máquinas por R\$ 5.000,00, pagando entrada de 20%;
- venda de máquinas por R\$ 2.000,00, a prazo, com prejuízo de 20%;
- pagamento de dívidas de R\$ 1.000,00, com desconto de 10%; e
- recebimento de direitos de R\$ 500,00, com juros de 10%.

No início do referido período, a empresa já possuía:

- R\$ 3.000,00 em Caixa;
- R\$ 3.000,00 de dívidas;
- R\$ 3.000,00 em estoques; e
- R\$ 2.800,00 de capital social.

Após o registro contábil dos fatos acima narrados, a empresa apresentará os seguintes valores para:

- a) Ativo: R\$ 8.750,00.
- b) Passivo: R\$ 5.550,00.
- c) Patrimônio Líquido: R\$ 3.000,00.
- d) Lucros Acumulados: R\$ 200,00.

37. A empresa *Metalúrgica de Reposição* tinha máquinas e equipamentos comprados em julho de 2000 por R\$ 40.000,00, com vida útil estimada em 10 anos. A depreciação tem sido feita em bases anuais, considerando valor residual de 10%. Quando o seu Zé Moura vendeu esses equipamentos, no fim de março de 2004, por R\$ 20.000,00, teve de contabilizar í perda de capital no valor de:

- a) R\$ 3.400,00.
- b) R\$ 5.000,00.
- c) R\$ 6.500,00.
- d) R\$ 6.000,00.

38. As receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre, simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. Essa afirmativa está diretamente relacionada com o princípio da:

- a) prudência.
- b) competência.
- c) oportunidade.
- d) continuidade.

39. O limite da despesa com pessoal, estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, na esfera estadual, para o Poder Legislativo, é:

- a) 3% da receita corrente líquida.
- b) 2,5% da receita corrente líquida.
- c) 6% da receita corrente.
- d) 2% da receita corrente líquida.

40. Código estruturado que identifica o fluxo contábil completo de atos ou fatos administrativos e substitui, de forma automática, o tradicional procedimento de registro contábil, mediante a indicação das contas devedoras e credoras que constituem um determinado lançamento, utilizado pelo SIAFI, é:

- a) o programa.
- b) o elemento da despesa.
- c) o evento.
- d) o lançamento.

41. O documento utilizado pelo SIAFI, que permite registrar o comprometimento de despesa, bem como os casos em que se faça necessário o reforço ou a anulação desse compromisso, é a nota de:

- a) dotação.
- b) movimentação de crédito.
- c) lançamento.
- d) empenho.

42. João Paulo é bom negociante. Comprou a prazo um carro por R\$ 30.000,00, tributado com ICMS de 12%, mas sabe que, ao vendê-lo, será alcançado com ICMS de 17%. Por isso, para obter um lucro bruto de 15% sobre o preço de venda, João Paulo sabe que terá de obter para seu carro o preço de:

- a) R\$ 39.600,00.
- b) R\$ 37.500,00.
- c) R\$ 38.823,53.
- d) R\$ 36.000,00.

43. Um capital de R\$ 15.000,00, aplicado por 3 meses, com juros compostos de 2,5% ao mês, vai gerar, em reais, um montante de:

- a) R\$ 15.999,87.
- b) R\$ 16.153,36.
- c) R\$ 16.116,67.
- d) R\$ 16.125,00.

44. Um título no valor de R\$ 20.000,00, com vencimento para 90 dias, foi descontado a uma taxa de 4% ao mês (desconto simples). O valor do desconto monta, em reais, a:

- a) R\$ 880,00.
- b) R\$ 960,00.
- c) R\$ 1.240,00.
- d) R\$ 2.400,00.

45. A empresa *Deltamática Ltda.* descontou no banco um título no valor de R\$ 18.000,00, com prazo de vencimento de 3 meses, a uma taxa de desconto composto de 2% ao mês. O valor líquido liberado pelo banco, em reais, foi de:

- a) R\$ 16.861,40.
- b) R\$ 16.941,45.
- c) R\$ 16.941,77.
- d) R\$ 17.123,56.

46. Em contrato de financiamento de R\$ 22.000,00, a serem pagos em 12 parcelas iguais, fixou-se em 12% ao ano a taxa efetiva de juros, capitalizados mensalmente. Considerando a inflação zero, o valor das parcelas é de:

- a) R\$ 1.771,24.
- b) R\$ 1.859,80.
- c) R\$ 1.948,37.
- d) R\$ 1.992,65.

47. O valor a ser resgatado ao final do período de 24 meses de uma aplicação financeira de R\$ 12.000,00 com taxa nominal de juros contratados de 1% ao mês, se considerarmos a capitalização mensal dos juros, é de:

- a) R\$ 14.880,00.
- b) R\$ 15.052,80.
- c) R\$ 15.236,82.
- d) R\$ 15.680,00.

48. As auditorias podem ser realizadas de forma direta, indireta ou simplificada. De acordo com tal classificação, pode-se dizer que são auditorias diretas:

- 1- compartilhadas.
- 2- centralizadas.
- 3- descentralizadas.
- 4- integradas.
- 5- terceirizadas.

Considerando os itens apresentados, assinale a opção correta:

- a) 1 . 5.
- b) 1 . 2 . 5.
- c) 2 . 3 . 4.
- d) 2 . 3 . 4 . 5.

49. De acordo com previsão expressa contida na Lei 8.666/1993, é cabível inexigibilidade de licitação e não sua dispensa, para a contratação:

- a) de pequeno valor, até 10% do limite fixado para convite.
- b) de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
- c) de impressão do Diário Oficial.
- d) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional.

50. O tipo de licitação de maior lance ou oferta, previsto na Lei 8.666/1993, ocorre na:

- a) aquisição de bens e serviços de informática.
- b) construção de obras públicas.
- c) concessão de direito real de uso.
- d) aquisição de material permanente.